

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020
(Do Deputado Ubiratan SANDERSON)

Estabelece procedimentos para
acompanhamento e verificação das regras de
prioridade para fazer testes de diagnóstico da
Covid-19 para os Oficiais de Justiça.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece procedimentos para acompanhamento e verificação das regras de prioridade para fazer testes de diagnóstico da Covid-19 para os Oficiais de Justiça.

Art. 2º A Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, passa a vigorar acrescida do seguinte inciso:

“Art. 3º-J Durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, o poder público e os empregadores ou contratantes adotarão, imediatamente, medidas para preservar a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública.

§ 1º Para efeitos do disposto no caput deste artigo, são considerados profissionais essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública:

XXXI - Oficiais de Justiça

.....
.....”
(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de projeto de lei que tem como objetivo incluir os Oficiais de Justiça no rol de profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública para efeitos de prioridade na testagem para detecção da COVID-19.

A Lei nº 14.023 de 2020, determinou quais profissionais estão diretamente envolvidos no combate à epidemia COVID 19 e estabeleceu que eles terão preferência na testagem para o diagnóstico de infecção pelo vírus, uma vez que estão mais expostos a contaminação.

A referida lei, todavia, não contempla os Oficiais de Justiça no rol de profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública para efeitos de prioridade na testagem para detecção da COVID-19.

A despeito da suspensão dos prazos processuais e da realização de audiências virtuais, o Oficial de Justiça continua no pleno exercício de suas atribuições, colocando em risco a sua vida e de seus familiares.

Isso porque o Oficial de Justiça “exerce função de incontestável relevância no universo judiciário. É através dele que se concretiza grande parte dos comandos judiciais atuando o meirinho como verdadeira *longa manus* do magistrado. É um auxiliar da Justiça e, no complexo de sutilezas dos atos processuais, é elemento importante para a plena realização da justiça” (PIRES 1994, p. 7 e 17).¹ Não obstante, o trabalho do Oficial de Justiça não se limita ao cumprimento de decisões judiciais, assim como se pensara no Código de Processo Civil de 1973. Afinal, é o Oficial de Justiça quem, hoje, faz pessoalmente citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias de seu Ofício, que continuam a ser realizadas não obstante a ocorrência da pandemia.

Forte nessas razões, apresento o presente projeto de lei com o objetivo de incluir os Oficiais de Justiça no rol de profissionais considerados essenciais ao

¹ PIRES, Leonel Baldasso, **O Oficial de Justiça princípios e prática**, 2. ed. Porto Alegre: Livraria Do Advogado, 1994.

controle de doenças e à manutenção da ordem pública para efeitos de prioridade na testagem para detecção da COVID-19.

É nesse contexto que, diante da relevância e urgência da matéria, solicito o apoio dos parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em de outubro de 2020.

Ubiratan SANDERSON
Deputado Federal (PSL/RS)

Documento eletrônico assinado por Sanderson (PSL/RS), através do ponto SDR_56517, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

